



Ministério da Saúde
Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos

RESUMO EXECUTIVO
59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA A PROMOÇÃO DO USO RACIONAL DE
MEDICAMENTOS (CNPURM)

Data: 01 e 02/12/2025

Local: Opas (Organização Pan-Americana da Saúde)

PARTICIPANTES:

Secretariado:

Ana Cristhina Sampaio Maluf (DAF), Ana Liani Beisl Oliveira (DAF), Daniela Rabelo Reis (SESAI), Felipe Ricardo Cachate Torres (DAF), Juliana Veríssimo (DAF), Júlio César Vieira (DAF), Larysa de Moraes Alves da Cruz (DAF), Lívia de Souza Soares (DAF), Mauren Luciana Estevam (DAF), Melissa Borges de Faria Martinez (FPB), Mhayra Zuldmilla Veloso Vidal (DAF), Odileide Maria Vieira da Silva (DAF), Taiane Santos (CESAF), Jânio Barbosa Pereira Júnior (DAF).

Integrantes:

Adriana Mitsue Ivama Brummell (Anvisa), Célia Machado Gervásio Chaves (Fenafar), Claudio Nishizawa (Anvisa), Cristiane de Paula Rezende (ISMP), Elton da Silva Chaves (Conasems), Emília Vitória da Silva (ouvinte), Gilvânia Melo de Albuquerque (Opas), Henrique Vogado (Conass), Jaqueline Rocha Borges dos Santos (SCTIE), Luís Ricardo Fernandes Miranda (SE), Mário Borges (ISMP), Nataly Cubides (Idec), Pamela Alejandra Saavedra (CFF), Priscila Torres da Silva (CNS), Renata Freitas Felizola Zucarino (SESAI), Sérgio Martuchi (Cofen), Vera Lucia Luiza (Fiocruz), Daniela Rabelo Reis (SESAI).

Convidados: Emília Vitória da Silva (Unb), Rodrigo Luís Taminato (UFG).

Palestrantes: Dr. Ivan Ricardo Zimmermann, Dra. Noêmia Urruth Leão Tavares e Dr. Sotero Serrate Mengue, Suetônio Queiroz de Araújo

Siglas:

Anvisa: Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CFF: Conselho Federal Farmácia

CNS: Conselho Nacional de Saúde

Cofen: Conselho Federal de Enfermagem

Conasems: Conselho Nacional de Secretários Municipais

DAF: Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos

Fenafar: Federação Nacional dos Farmacêuticos

Fiocruz: Fundação Oswaldo Cruz

OPAS: Organização Pan-Americana da Saúde

SAES: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde

SAPS: Secretaria de Atenção Primária à Saúde

SCTIE: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde

SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena

SGTES: Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde

INFORMES

Sem informes.

01 de dezembro de 2025

1- **Apreciação do Resumo Executivo da 58ª reunião ordinária do CNPURM**

Jaqueline Rocha (SCTIE) submeteu à apreciação o Resumo Executivo da 58ª Reunião Ordinária do CNPURM, o qual foi aprovado por unanimidade pelos membros presentes.

2- **Indicadores: importância e aplicação em saúde**

No período da manhã, a reunião foi iniciada por Jaqueline Rocha (SCTIE), que abriu os trabalhos destacando a importância da pauta e apresentou a palestrante Mauren Luciana Estevam, Consultora Técnica junto ao Núcleo do Cuidado Farmacêutico do DAF, que realizou apresentação sobre o tema “Indicadores em Saúde”. Em sua explanação, a palestrante abordou a definição para indicadores, suas finalidades e importância como recurso para tomada de decisões embasada e para o gerenciamento de desempenho. Ressaltou que indicadores servem para identificar e descrever situações, mas não são a solução dos problemas eventualmente diagnosticados. Explicou que a escolha dos indicadores a serem monitorados deve ser feita, inicialmente, pela definição do objetivo que se pretende atingir, e apresentou um modelo de fluxograma para implantação de indicadores em saúde, proposto pelo Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos (ISMP - Brasil) em um de seus boletins publicados na página do referido Instituto. Apresentou a fórmula geral de um indicador e citou alguns exemplos, como taxa, proporção, índice e porcentagem; descreveu atributos necessários aos indicadores, de acordo com duas referências distintas; e apresentou a ficha técnica do indicador, documento que o descreve em detalhes e permite que seja utilizado por qualquer pessoa, obtendo resultados confiáveis e comparáveis. Relembrou os três componentes da produção de serviços em saúde, segundo Donabedian (estrutura, processo e resultado), e introduziu o conceito de indicadores de uso racional de medicamentos a partir de uma publicação da Organização

Mundial da Saúde (OMS), de 1993, que definiu um número de indicadores básicos que permitiriam descrever a situação de um país ou região determinada em termos de saúde. Apresentou alguns estudos que utilizaram os mesmos indicadores ou acrescentaram indicadores próprios (por exemplo, adequação da prescrição aos critérios legais, disponibilidade de protocolos terapêuticos nos serviços de saúde) para demonstrar o que se tem produzido sobre o assunto na literatura nacional e internacional. Por fim, mostrou o trabalho do Núcleo do Cuidado Farmacêutico vinculado ao DAF/SCTIE/MS relacionado aos indicadores nacionais de cuidado farmacêutico. Estes indicadores, tem sido discutido no âmbito do Núcleo, juntamente com representantes do contexto acadêmico, da gestão, e dos três níveis de atenção à saúde, após uma oficina realizada em novembro de 2024 e rodadas de avaliação, validação e refinamento dos indicadores. Atualmente, o mencionado trabalho está na fase de avaliação dos especialistas externos que participaram da oficina, com consolidação final prevista para 2026. Finalizou a apresentação defendendo que o uso de indicadores em saúde é fundamental para o conhecimento e gerenciamento dos serviços. Somado a isso, propôs uma discussão local sobre a lista de indicadores de URM, conforme citado, por se tratar de proposta já levantada no CNPURM anteriormente, com vistas ao aumento da segurança ao paciente.

3- Balanço da gestão do biênio 2023-2025 e Planejamento para o próximo biênio:

A reunião prosseguiu, no período da tarde, com uma apresentação abordando as reflexões geradas no processo de avaliação das atividades desenvolvidas pelo CNPURM durante o biênio 2023-2025, a qual considerou as potencialidades, desafios, atividades concretizadas e expectativas futuras de cada eixo, além de promover uma pactuação preliminar das ações estratégicas para o próximo ciclo. Inicialmente, foram apresentados os resultados da avaliação realizada junto aos eixos, destacando-se como principais potencialidades a capacidade do CNPURM de promover articulação interinstitucional, formular recomendações técnicas, fomentar ações educativas, contribuir para o enfrentamento da resistência antimicrobiana e ampliar a visibilidade do uso racional de medicamentos por meio de estratégias de comunicação e produção científica. Ressaltou-se ainda o papel do CNPURM como instância consultiva estratégica junto ao Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF) e a outros órgãos do Ministério da Saúde.

No que se refere aos desafios, foram mencionadas dificuldades relacionadas à governabilidade limitada do CNPURM, à lentidão na tramitação de processos decisórios, à dependência de articulações externas, à limitação de recursos, ao espaçamento entre reuniões e à dificuldade de transformar recomendações em ações normativas, em função do caráter consultivo do CNPURM. Alguns desafios foram parcialmente superados por meio da criação de grupo de trabalho, ajustes nos fluxos internos, maior diálogo com áreas técnicas e realização de reuniões extraordinárias.

Quanto às atividades consideradas mais relevantes no biênio anterior, destacaram-se o desenvolvimento do projeto Bula em Libras, a produção e a divulgação de materiais técnicos e educativos em diferentes formatos acessíveis, a realização de webinários, o acompanhamento de projetos de lei e consultas públicas da Anvisa, a publicação do e-book da quinta edição do Prêmio Lenita, bem como o fortalecimento do debate sobre a inserção do tema uso racional de medicamentos nos currículos da área da saúde. Em seguida, foi apresentada a síntese das sugestões recebidas para o próximo biênio, que resultou na consolidação de dez propostas de ações prioritárias, distribuídas entre os diferentes eixos do CNPURM. Entre as ações destacam-se:

- a manutenção e ampliação de iniciativas voltadas à inserção do uso racional de medicamentos na formação de profissionais da saúde;
- a pactuação de parceria formal com o Programa Farmácia Popular para inclusão de contrapartidas relacionadas ao uso racional de medicamentos;
- o fortalecimento da comunicação institucional por meio da ampliação e atualização da página do CNPURM;
- a definição de um elenco de indicadores nacionais de uso racional de medicamentos;
- a promoção da visibilidade do tema das bulas acessíveis;
- o fortalecimento e a difusão da Rename, Resme e Remume;
- o desenvolvimento de materiais educativos e campanhas relacionadas à prevenção da resistência antimicrobiana;
- e a realização de campanhas educativas sobre o uso racional de medicamentos, com destaque para o mês de maio, sem prejuízo de ações ao longo de todo o ano.

Ficou pactuado que as ações ainda passarão por detalhamento por eixo, contemplando objetivos, resultados esperados, responsáveis, grau de prioridade, cronograma e, quando aplicável, dotação orçamentária. O documento consolidado com essas informações deverá ser disponibilizado até 15 de dezembro de 2025, para posterior validação na próxima reunião ordinária, prevista para março de 2026.

Por fim, foram discutidas e apresentadas propostas de calendário de reuniões para o próximo ano, considerando feriados e períodos críticos, com o compromisso de encaminhamento das datas por e-mail e grupos de comunicação, a fim de possibilitar ajustes e confirmação pelos membros deste Comitê.

ENCERRAMENTO:

Não havendo nada mais a tratar, o primeiro dia de reunião foi encerrado às 16h40.

02 de dezembro de 2025

4- Proposta para a Pesquisa Nacional sobre Acesso, Utilização e Promoção do Uso Racional de Medicamentos (Pnaum)

O Prof. Dr. Sotero Serrate Mengue vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), coordenador da Pnaum, apresentou uma análise retrospectiva da Pnaum 2013–2014, evidenciando elevado acesso a medicamentos para doenças crônicas prevalentes, contrastando com importantes lacunas na adesão ao tratamento farmacoterapêutico, mesmo em contextos de ampla disponibilidade. Destacou, ainda, limitações do SUS no atendimento às demandas por medicamentos para eventos agudos e a necessidade de qualificação das estratégias de promoção do uso racional de medicamentos. Na sequência, foi apresentada a metodologia da Pnaum 2025–2026, com ampliação da representatividade geográfica por Unidade Federativa e não mais por região de saúde, explicando que a antiga divisão dificultava o conhecimento da governança das regiões pesquisadas. Destacou ainda a inclusão de novos agravos, refinamento conceitual da mensuração da adesão ao tratamento e a divisão da análise sobre não adesão entre intencional e não intencional. Além disso, apontou os desafios da pesquisa como a adesão dos indivíduos ao inquérito, que vem caindo histórica e mundialmente ao longo dos anos; bem como suas limitações, na qual destacou o fato da pesquisa não se tratar de uma investigação em profundidade, trazendo a informação sobre a adesão ou não de um paciente a um tratamento, sem investigar as causas de sua interrupção, por exemplo. Ressaltou o caráter estratégico da pesquisa como instrumento de monitoramento e avaliação das políticas públicas.

O Prof. Dr. Ivan Zimmermann e a Prof^a Dr^a Noêmia Urruth Leão Tavares vinculados à Universidade de Brasília (UnB), também coordenadores da Pnaum, apresentaram o inquérito nacional voltado ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (Ceaf), estruturado em dois eixos: usuários e gestão/serviços. Foram detalhadas as abordagens metodológicas quali-quantitativas, a utilização de bases administrativas (Autorização de Procedimentos de Alta Complexidade), a representatividade por Unidade Federativa e por condições clínicas prioritárias, bem como a relevância do CEAF enquanto política de equidade e integralidade, associada ao elevado impacto orçamentário.

Durante o debate, os membros do CNPURM destacaram preocupações relacionadas à adesão dos usuários às pesquisas, especialmente no contexto de entrevistas telefônicas, e sugeriram estratégias institucionais de comunicação para ampliar a aceitabilidade e a confiabilidade do processo. Também foram discutidos desafios relacionados ao tempo de avaliação dos processos do CEAF, à descontinuidade no fornecimento de medicamentos e à necessidade de qualificação da comunicação com os usuários do SUS.

5- Transformação Digital da Assistência Farmacêutica no SUS

No período da tarde, a reunião foi iniciada por Jaqueline Rocha (SCTIE), que abriu os trabalhos destacando a importância da pauta sobre transformação digital na Assistência Farmacêutica e seus impactos no SUS. Em seguida, apresentou o palestrante convidado, Suetônio Queiroz de Araújo, consultor técnico junto ao DAF, que

iniciou sua explanação abordando o cenário encontrado pela atual gestão: sistemas desatualizados, bases de dados fragmentadas e ausência de integração entre plataformas. Ressaltou que a transformação digital é prioridade estratégica, com foco na gestão da informação e na interoperabilidade dos sistemas.

Suetônio detalhou as principais ações normativas, destacando a Portaria nº 5.713/2024, que estabelece o envio diário de dados de estoque e movimentação à Base Nacional de Dados da Assistência Farmacêutica (Bnafar), e a Portaria nº 6.100/2024, que regulamenta a prescrição eletrônica integrada à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS). Explicou a composição do novo ecossistema digital, que inclui: Bnafar para controle de estoques, RNDS para registro de dispensações e prescrições; MedSus (aplicativo disponibilizado pelo Ministério da Saúde) como repositório das relações municipais, estaduais e nacional de medicamentos; Sistema de Informação da Assistência Farmacêutica (SisAF) para gestão de contratos, compras, programação e distribuição; e o e-SUS Assistência Farmacêutica (AF), uma plataforma digital para gerenciamento e qualificação de processos relacionados à AF, desenvolvido em código aberto para implantação descentralizada. Destacou ainda a adoção da Ontologia Brasileira de Medicamentos (OBM), que padroniza terminologias e garante rastreabilidade, e a criação do Gestor Nacional de Diretrizes Clínicas (GNDC), módulo que estrutura protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas em campos parametrizados, integrando-se à plataforma nacional, no contexto do Tema 1234 exarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), com vistas à indução de prescrições baseadas em evidências.

Foram apresentados os pilotos em andamento, como nos municípios de Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Caruaru, Cedro e Salgueiro (todos no estado de Pernambuco), no município de Campo Grande (Mato Grosso do Sul) e nos Distritos Sanitários Indígenas (DSEI), além da governança tripartite do código-fonte do e-SUS AF, prevista na Portaria nº 7.947/2025. Entre os desafios apontados, destacam-se a atualização do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) para farmácias e centrais de abastecimento, a adequação dos sistemas locais ao novo modelo de dados, a interoperabilidade com sistemas antigos e a necessidade de registrar não apenas os medicamentos dispensados, mas também aqueles não atendidos, para melhor monitoramento da demanda reprimida.

Em seguida houve um momento para intervenções e contribuições dos membros do CNPORM, que ratificaram a importância da explanação, das ferramentas digitais apontadas e da integração entre elas. Foi questionada a participação e o apoio do Conass e do Conasems na implantação e implementação do novo arcabouço digital do SUS nos territórios, sendo apontada a importância de um apoiador atuante no território de forma física para auxiliar nesses processos. Foi pontuado que é preciso ter cautela para que a transformação digital se desenvolva no sentido de digitalizar o SUS nos territórios e não apenas no investimento em telessaúde. A importância da adesão da categoria farmacêutica e do Controle Social à transformação digital no SUS também foi destacada e foi perguntado como algumas das entidades ali representadas poderiam contribuir para isso.

6- Plano de Ação da Vigilância Sanitária de Resistência aos Antimicrobianos (PAN-Visa)

Na sequência, Cláudio Nishizawa, representante da Anvisa, apresentou o Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos - Vigilância Sanitária (PAN-Visa), estruturado conforme o Plano Global da OMS e integrado ao Plano Nacional Uma Só Saúde, instituído pelo Decreto nº 12.007/2024. O plano contempla seis objetivos estratégicos, desdobrados em 16 atividades e 45 subatividades, com acompanhamento trimestral e previsão orçamentária. Cláudio destacou a utilização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) e de dados abertos para monitoramento da comercialização e uso de antimicrobianos, além do desenvolvimento de *dashboards* para transparência, que está atualmente em fase de validação pela Diretoria Colegiada da Anvisa. Ressaltou a articulação com o Ministério da Agricultura para implementação de sistema semelhante ao SNGPC na área veterinária e a necessidade de fortalecer serviços farmacêuticos, especialmente na atenção primária e ambulatorial, com ações de educação permanente e protocolos clínicos.

Ressaltou-se a importância da integração dos sistemas da Anvisa (Sistema de notificação de eventos adversos no uso de medicamentos, Sistemas de Notificações em Vigilância Sanitária e SNGPC) com as plataformas do SUS para fechamento do ciclo pós-comercialização e a elaboração de um programa de educação permanente voltado à prescrição segura e ao uso racional de medicamentos, incluindo antimicrobianos, com participação de sociedades científicas e do controle social.

Durante os debates, os membros do CNPURM enfatizaram a importância da padronização terminológica, da integração entre sistemas e da transparência das informações, ponderando, contudo, os riscos da exposição pública de quantitativos de estoque e as dificuldades enfrentadas pelos entes federativos para adequação tecnológica. Foram apontadas oportunidades para indução de práticas baseadas em evidências por meio do GNDC e do uso de inteligência artificial na melhoria dos processos.

ENCERRAMENTO:

A reunião foi encerrada às 16h58, com agradecimentos aos palestrantes e participantes, reforçando o compromisso do CNPURM com a promoção do uso racional de medicamentos no país.